



SUMÁRIO

Primeira Parte TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO 1 – O NOVO DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E O DIREITO DE DANOS	3
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL....	15
2.1. A responsabilidade por danos no direito romano	15
2.2. A construção da responsabilidade civil moderna a partir da escola jusracionalista....	20
2.3. As codificações e a definição dos fundamentos modernos da responsabilidade civil...	21
2.4. A evolução histórica da responsabilidade civil no direito brasileiro	26
CAPÍTULO 3 – POSIÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO.....	31
3.1. Distinção da responsabilidade civil e outras dimensões jurídicas de responsabilidade.....	31
3.2. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	32
3.3. Responsabilidade civil e responsabilidade administrativa.....	34
3.4. Responsabilidade civil e responsabilidade política	34
CAPÍTULO 4 – RESPONSABILIDADE CIVIL E DEVER JURÍDICO.....	37
4.1. Distinção do regime de responsabilidade pela fonte do dever violado	40
4.1.1. Responsabilidade contratual (ou negocial).....	42
4.1.2. Responsabilidade extracontratual (extranegocial ou responsabilidade civil em sentido estrito).....	43
4.1.3. A responsabilidade pré-contratual (ou pré-negocial).....	44
4.2. Distinção do regime de responsabilidade pelo conteúdo do dever violado.....	46
4.2.1. Dever de não causar danos	46
4.2.2. Dever de segurança.....	46
4.2.3. Dever de proteção	47

4.3. Distinção do regime de responsabilidade em razão da exigência de culpabilidade como pressuposto da imputação.....	48
4.3.1. Responsabilidade subjetiva	48
4.3.2. Responsabilidade objetiva	49
CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO COMPARADO	53
5.1. Responsabilidade civil nos sistemas de direito romano-germânico	53
5.2. Responsabilidade civil nos sistemas de <i>common law (tort law)</i>	55
CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO JURÍDICA DE RESPONSABILIDADE CIVIL	57
6.1. Condições da responsabilidade civil	57
6.1.1. Conduta.....	57
6.1.1.1. Antijuridicidade.....	58
6.1.1.2. Distinção entre antijuridicidade, culpabilidade e imputabilidade	61
6.1.1.3. Ato ilícito e antijuridicidade	62
6.1.1.4. Fontes da responsabilidade por ato ilícito.....	63
6.1.1.4.1. Ato ilícito (delito).....	63
6.1.1.4.2. Abuso do direito.....	64
6.1.1.4.2.1. Limites ao exercício de prerrogativas jurídicas	66
6.1.1.4.2.1.1. Fins econômicos ou sociais	66
6.1.1.4.2.1.2. Boa-fé.....	67
6.1.1.4.2.1.3. Bons costumes	69
6.1.1.4.2.2. Sanção do abuso e responsabilidade civil.....	71
6.1.1.5. Causas de justificação.....	72
6.1.1.5.1. Legítima defesa.....	75
6.1.1.5.2. Exercício regular de um direito.....	76
6.1.1.5.3. Remoção de perigo iminente (estado de necessidade)	77
6.1.2. Dano	79
6.1.2.1. O dano injusto como dano indenizável.....	80
6.1.2.2. Certeza e atualidade do dano	81
6.1.2.3. A perda da chance	82
6.1.2.4. Espécies de danos quanto ao seu conteúdo.....	85
6.1.2.4.1. Danos patrimoniais	87

6.1.2.4.1.1.	Prejuízos econômicos (danos emergentes)	87
6.1.2.4.1.2.	Lucros cessantes.....	87
6.1.2.4.2.	Danos extrapatrimoniais	88
6.1.2.4.2.1.	Alcance do significado da definição de danos extrapatrimoniais.....	89
6.1.2.4.2.2.	Dano extrapatrimonial como dano à pessoa: a lesão à personalidade.....	90
6.1.2.4.2.3.	Formas de proteção da personalidade e os danos extrapatrimoniais.....	92
6.1.2.4.2.4.	Definição dos atributos da personalidade cuja ofensa origina dano extrapatrimonial	93
6.1.2.4.2.4.1.	Vida.....	95
6.1.2.4.2.4.2.	Integridade física	96
6.1.2.4.2.4.3.	Integridade e estabilidade psíquica.....	97
6.1.2.4.2.4.4.	Honra.....	98
6.1.2.4.2.4.5.	Intimidade e privacidade ...	100
6.1.2.4.2.4.6.	Imagem.....	101
6.1.2.4.2.5.	Espécies de danos extrapatrimoniais.....	103
6.1.2.4.2.5.1.	Danos morais em sentido estrito.....	103
6.1.2.4.2.5.2.	Dano estético.....	104
6.1.2.4.2.5.3.	Dano corporal ou à saúde...	105
6.1.2.4.2.5.4.	Dano à imagem	106
6.1.2.4.2.5.5.	Dano extrapatrimonial decorrente de lesão a interesses ou bens coletivos (dano moral coletivo).....	107
6.1.2.4.2.6.	Dano extrapatrimonial da pessoa jurídica	109
6.1.2.5.	Outras classificações do dano	110
6.1.2.5.1.	Danos diretos e indiretos.....	110
6.1.2.5.2.	Danos certos e eventuais.....	113
6.1.2.5.3.	Danos atuais e futuros.....	114
6.1.2.5.4.	Danos individuais e coletivos.....	115
6.1.3.	Nexo de causalidade	116

6.1.3.1.	O sentido da expressão “causalidade” na responsabilidade civil.	117
6.1.3.2.	As diversas teorias sobre o nexo de causalidade	119
6.1.3.2.1.	Equivalência das condições.....	120
6.1.3.2.2.	Causalidade próxima.....	121
6.1.3.2.3.	Causalidade eficiente.....	121
6.1.3.2.4.	Causalidade adequada.....	122
6.1.3.2.5.	Causalidade necessária e a teoria do dano direto e imediato	124
6.1.3.3.	As teorias prevalentes sobre o nexo de causalidade no direito brasileiro.....	126
6.1.3.4.	Rompimento do nexo de causalidade	127
6.1.3.4.1.	Fato exclusivo da vítima.....	128
6.1.3.4.2.	Fato de terceiro	128
6.1.3.4.3.	Caso fortuito e força maior	130
6.1.3.5.	Pluralidade de causas.....	132
6.1.3.5.1.	Causalidade concorrente	133
6.1.3.6.	Causalidade cumulativa.....	135
6.1.3.7.	Causalidade alternativa.....	135
6.1.3.8.	Causa virtual	135
6.1.4.	O nexo de imputação	136
6.1.4.1.	A culpa como critério de imputação na responsabilidade civil...	137
6.1.4.1.1.	Dolo.....	139
6.1.4.1.2.	Imprudência.....	140
6.1.4.1.3.	Negligência.....	140
6.1.4.1.4.	Imperícia	141
6.1.4.1.5.	Graduação da culpa	141
6.1.4.1.6.	A presunção de culpa	144
6.1.4.2.	O risco como critério de imputação na responsabilidade civil...	145
6.1.4.2.1.	A objetivação da responsabilidade civil no direito positivo atual	147
6.1.4.2.2.	Sistema dualista de responsabilidade civil e a socialização dos riscos	148
6.1.4.2.3.	Espécies de risco como critério de imputação da responsabilidade.....	149
6.1.4.2.4.	Responsabilidade civil e dever de segurança.....	152
6.1.4.2.5.	Responsabilidade civil e garantia.....	154
6.1.4.3.	Responsabilidade objetiva no Código Civil	154

6.1.4.3.1.	Responsabilidade pelo risco da atividade (art. 927, parágrafo único).....	155
6.1.4.3.2.	Responsabilidade por danos causados por produtos (art. 931).....	157
6.1.4.3.3.	Responsabilidade indireta por fato de terceiro (art. 932).....	161
6.1.4.3.3.1.	Responsabilidade civil por atos dos incapazes	163
6.1.4.3.3.1.1.	Responsabilidade dos pais por danos causados pelos filhos	165
6.1.4.3.3.1.2.	Responsabilidade dos tutores e curadores por danos causados pelos pupilos e curatelados	168
6.1.4.3.3.2.	Responsabilidade do empregador por atos do empregado	169
6.1.4.3.3.3.	Responsabilidade dos donos de hotéis, estabelecimentos de ensino e similares.....	172
6.1.4.3.3.4.	Responsabilidade dos que tenham participado gratuitamente do produto de crime.....	174
6.1.4.3.3.5.	Ação de regresso	175
6.1.4.3.4.	Responsabilidade pelo fato da coisa	175
6.1.4.3.4.1.	Responsabilidade do dono do animal pelos danos por ele causados.....	178
6.1.4.3.4.2.	Responsabilidade pela ruína do edifício....	179
6.1.4.3.4.3.	Responsabilidade por coisas caídas do edifício.....	179
6.2.	Reparação do dano.....	180
6.2.1.	Conteúdo da indenização em matéria de danos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	181
6.2.2.	Solidariedade pelo pagamento da indenização.....	182
6.2.3.	Indenização pelo inadimplemento da obrigação.....	183
6.2.4.	Dos juros devidos sobre a indenização.....	183
6.2.5.	Correção monetária do valor da indenização.....	184
6.2.6.	Indenização em caso de homicídio.....	185
6.2.7.	Indenização em caso de ofensa à saúde	189
6.2.8.	Indenização em caso de lesão incapacitante para o trabalho.....	189
6.2.9.	Indenização em caso de violação da posse	191

6.2.10. Indenização por ofensa à liberdade pessoal.....	192
6.2.11. Princípio da reparação integral.....	193
6.2.12. Causas de redução da indenização	195
6.2.12.1. Culpa concorrente da vítima – causalidade concorrente	195
6.2.12.2. Desproporção entre o dano e a culpa.....	196
6.2.13. Limitação ou exclusão do dever de indenizar por cláusula contratual (cláusula de não indenizar)	199
6.2.14. A indenização de danos patrimoniais	202
6.2.14.1. Danos emergentes	203
6.2.14.2. Lucros cessantes.....	203
6.2.14.3. Ausência de compensação entre a indenização civil e a indenização previdenciária.....	205
6.2.14.4. O pagamento futuro de prestações periódicas	205
6.2.15. A indenização dos danos extrapatrimoniais	208
6.2.15.1. Função dissuasória da indenização.....	209
6.2.15.2. Função compensatória da indenização	211
6.2.15.3. Liquidação dos danos extrapatrimoniais	212
6.2.15.3.1. Critérios possíveis de liquidação	213
6.2.15.3.2. O problema da função punitiva da indenização e a definição de critérios para a indenização de danos extrapatrimoniais	214
6.2.16. Liquidação do dano e perda da chance.....	218
6.3. Independência entre a responsabilidade civil e criminal.....	218
6.4. Prescrição da pretensão de indenização	219
6.5. Seguro de responsabilidade civil.....	223

Segunda Parte

SITUAÇÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO 1 – RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS AOS PARTICULARES	231
1.1. As várias concepções acerca do fundamento da responsabilidade do Estado por danos causados aos particulares	233
1.2. Responsabilidade objetiva do Estado – art. 37, § 6º, da Constituição de 1988 ...	235
1.3. Rompimento do nexo causal e afastamento da responsabilidade do Estado.....	236
1.4. Responsabilidade do Estado e dever de vigilância.....	242
1.5. Responsabilidade do Estado por atos omissivos.....	244

1.6. Responsabilidade por danos causados pela má prestação de serviços públicos delegados	250
1.7. Responsabilidade civil por danos causados em razão de atos judiciais	252
1.7.1. O erro judiciário.....	254
1.7.2. A falta do juiz.....	255
1.7.3. O caráter subsidiário da ação de indenização	256
1.7.4. A falta do serviço.....	256
1.7.5. A responsabilidade pessoal do juiz.....	257
1.8. Responsabilidade dos tabeliães, notários e registradores.....	258
1.9. Responsabilidade civil por atos legislativos	260
1.10. Responsabilidade do Estado por atos lícitos	262
1.11. Responsabilidade do Estado por violação da confiança.....	263
1.12. Responsabilidade do Estado por inadimplemento contratual.....	265
CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL	267
2.1. O dano ambiental	268
2.2. Fundamento constitucional da proteção ao meio ambiente e os princípios informativos da responsabilidade por dano ambiental.....	269
2.3. Fundamento legal da responsabilidade por dano ambiental.....	271
2.4. Condições específicas para a imputação da responsabilidade pelo dano ambiental	272
2.4.1. Conexão entre a atividade do poluidor e o dano.....	272
2.4.2. Nexó de causalidade	273
2.4.3. Dano	274
2.5. Restrição às excludentes de responsabilidade.....	275
2.6. Modos de reparação do dano ambiental.....	276
2.7. Tempo do exercício da pretensão relativa ao dano ambiental.....	278
CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR POR DANOS AO CONSUMIDOR EM RAZÃO DE ACIDENTES DE CONSUMO: O FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	281
3.1. Origem da responsabilidade do fornecedor por acidentes de consumo: o fato do produto e do serviço	283
3.2. Definição da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço	286
3.2.1. Critério de identificação.....	287
3.2.2. Pressupostos.....	289
3.2.2.1. Conduta e atividade.....	292
3.2.2.2. Defeito.....	294

3.2.2.2.1. Defeitos de projeto ou concepção	296
3.2.2.2.2. Defeitos de execução, produção ou fabricação	297
3.2.2.2.3. Defeitos de informação ou comercialização	298
3.2.2.3. Nexo causal.....	300
3.2.2.4. Danos ao consumidor e reparação integral	301
3.3. Excludentes de responsabilidade.....	305
3.3.1. Não colocação do produto no mercado	306
3.3.2. Inexistência de defeito	307
3.3.3. Culpa exclusiva de consumidor ou de terceiro	309
3.3.4. Caso fortuito e força maior como excludentes da responsabilidade civil de consumo	314
3.4. O risco do desenvolvimento e responsabilidade civil do fornecedor	318
3.5. Solidariedade dos fornecedores pela reparação do dano	322
3.6. Direito de regresso.....	324
3.7. Responsabilidade subsidiária do comerciante	325
 CAPÍTULO 4 – RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS POR DANOS CAUSADOS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE	 327
4.1. Responsabilidade civil do médico.....	327
4.1.1. A obrigação médica	329
4.1.2. Natureza da obrigação e deveres jurídicos das partes na relação obrigacional entre médico e paciente	330
4.1.3. Sujeitos da relação obrigacional médica originária e da relação que decorre da responsabilidade do profissional por danos	331
4.1.4. Objeto da obrigação médica: a obrigação de fazer.....	332
4.1.5. A obrigação de prestação de serviços médicos como obrigação de meio ou de resultado e suas consequências para a responsabilidade do profissional.....	332
4.1.6. Os deveres do médico	334
4.1.6.1. Deveres de informação e esclarecimento.....	334
4.1.6.1.1. Conteúdo do dever de informar do médico	335
4.1.6.1.2. O consentimento informado	337
4.1.6.1.3. Autonomia dos danos causados pela violação do dever de informar	338
4.1.6.2. Deveres de técnica e perícia.....	339
4.1.6.3. Deveres de cuidado ou diligência	339
4.1.7. Natureza da responsabilidade civil médica.....	340
4.1.8. O regime da responsabilidade civil médica	341

4.1.9. A responsabilidade civil médica no Código Civil.....	342
4.1.10. A responsabilidade civil médica no Código de Defesa do Consumidor...	344
4.1.11. Culpa médica	347
4.1.11.1. Culpa médica e ônus da prova.....	349
4.1.11.2. Culpa médica e nexo de causalidade	351
4.1.12. Responsabilidade civil dos hospitais e clínicas.....	352
4.1.13. Relação entre a responsabilidade subjetiva do médico e a responsabilidade objetiva das instituições hospitalares	354
4.2. Responsabilidade civil do advogado.....	356
4.2.1. Deveres do advogado no exercício de sua atividade profissional.....	357
4.2.1.1. Deveres de informação e aconselhamento	358
4.2.1.2. Deveres de técnica e perícia.....	358
4.2.1.3. Deveres de cuidado ou diligência.....	359
4.2.2. Responsabilidade civil do advogado e o Código de Defesa do Consumidor.....	360
4.2.3. Danos indenizáveis.....	361
4.2.4. Perda da chance.....	362
CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO...	365
5.1. Atividade dos meios de comunicação social e o exercício da liberdade de expressão.....	366
5.1.1. Distinção entre liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de pensamento e liberdade de informação e sua repercussão na responsabilidade civil dos meios de comunicação social	370
5.1.1.1. Liberdade de imprensa.....	371
5.1.1.2. Liberdade de informação.....	373
5.1.1.3. Liberdade de pensamento.....	374
5.1.2. Os meios de comunicação e o exercício da liberdade de informação.....	378
5.2. Deveres de conhecimento e procedimento técnico no exercício da atividade de comunicação social e responsabilidade por danos.....	381
5.3. O art. 20 do Código Civil e a responsabilidade civil dos meios de comunicação	382
5.3.1. A proteção da honra e da imagem pessoal.....	382
5.3.2. A proteção da boa fama e da respeitabilidade	383
5.3.3. Interpretação das exceções legais: autorização expressa ou divulgação necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública	384
5.3.4. Prevenção de danos e restrição à divulgação	387
5.4. Deveres específicos dos meios de comunicação social.....	388

5.4.1. Dever geral de cuidado	391
5.4.2. Dever de veracidade.....	396
5.4.3. Dever de pertinência	400
5.5. Divulgação de informações sobre pessoas célebres e pessoas públicas.....	404
5.6. O dever de pertinência e a adequação temporal da informação: fundamento e crítica do denominado direito ao esquecimento	405
5.7. Situações especiais de proteção da honra e limites à atividade dos meios de comunicação social.....	409
5.8. Situações especiais de proteção da intimidade e da vida privada.....	413
5.9. Situações especiais de proteção da imagem.....	416
5.10. Danos causados pelos órgãos de comunicação social	419
5.11. Legitimidade para a ação reparatória	419
CAPÍTULO 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO TRANSPORTADOR.....	423
6.1. Contrato de transporte como obrigação de resultado e responsabilidade do transportador	425
6.2. Fundamento da responsabilidade do transportador	428
6.2.1. A responsabilidade do transportador e o Código Civil.....	430
6.2.2. A responsabilidade do transportador e o Código de Defesa do Consumidor	432
6.3. O fortuito interno e o fato de terceiro em relação à responsabilidade civil do transportador	435
6.4. A responsabilidade do transportador aéreo e as convenções internacionais	440
CAPÍTULO 7 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS.....	443
7.1. Fundamento da responsabilidade civil dos bancos.....	445
7.2. Responsabilidade dos bancos e risco inerente à atividade bancária.....	447
7.3. Deveres fundamentais dos bancos e a responsabilidade decorrente de sua violação.....	451
7.3.1. Responsabilidade por danos decorrentes da violação do dever de segurança.....	451
7.3.2. Responsabilidade por danos decorrentes da violação do dever de fidedelidade.....	458
7.3.3. Responsabilidade por danos decorrentes da violação de deveres de lealdade e cooperação.....	463
CAPÍTULO 8 – RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET POR DANOS CAUSADOS A USUÁRIOS E TERCEIROS.....	465
8.1. Aspectos distintivos da responsabilidade civil por danos na internet.....	466
8.2. Internet e risco	469

8.3. A responsabilidade civil dos provedores na internet.....	471
8.3.1. A responsabilidade dos provedores de internet a partir da Lei n. 12.965/2014 (<i>Marco Civil da Internet</i>).....	472
8.3.2. O dever de guarda dos registros e a responsabilidade por seu descum- primento.....	475
8.4. Condições para a imputação de responsabilidade dos provedores por conteúdos gerados por terceiros na internet.....	476
8.5. O denominado <i>direito ao esquecimento</i> na internet.....	480
 CAPÍTULO 9 – RESPONSABILIDADE PELO TRATAMENTO IRREGULAR DE DADOS PESSOAIS.....	485
9.1. Condições para responsabilidade dos agentes de tratamento.....	487
9.2. Excludentes de responsabilidade dos agentes de tratamento	489
9.3. Responsabilidade pelo tratamento irregular de dados nas relações de consumo...	490
 REFERÊNCIAS	493